



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680451 - RN (2021/0220822-6)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : MONA LISA AMELIA ALBUQUERQUE DE LIMA E OUTRO
ADVOGADOS : MONA LISA AMELIA ALBUQUERQUE DE LIMA - RN010076
DANIEL MAGNUS DE VASCONCELOS COSTA JUNIOR - RN018256
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PACIENTE : EVIS MAX FERREIRA DIAS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de EVIS MAX FERREIRA DIAS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (HC n. 0806673-12.2021.8.20.0000).

O paciente encontra-se preso preventivamente pelo cometimento, em tese, dos delitos tipificados nos arts. 33, *caput*, e 35 da Lei n. 11.343/06. dos

Os impetrantes sustentam que "resta insofismável, ante toda a argumentação já expendida, que a violação ao domicílio, ocasionada pela entrada abrupta e não consentida dos policiais na residência do Paciente deste Writ, é capaz de, por si só, causar a absolvição do Paciente, uma vez que toda prova material colhida relativa ao delito de tráfico de drogas emana desta violação. Inexiste, portanto, materialidade comprovada quanto aos fatos descritos na denúncia, devendo o agente ser absolvido" (fl. 19).

Alegam, por fim, que "a prisão preventiva não se mostra necessária e imprescindível para acautelar os presentes autos, tendo em vista que a podem ser resguardados por outras medidas atinentes aos riscos descritos no decreto preventivo" (fl. 22).

Requerem:

a) Que seja concedida a ORDEM LIBERATÓRIA com a expedição imediata do ALVARÁ DE SOLTURA, tendo em vista a manifesta ilegalidade na ação policial, violando dispositivo expresso da Constituição Federal, qual seja, a inviolabilidade de domicílio do ora Paciente, conforme argumentos anteriormente expostos;

- b) No mérito deste Writ, requer a CONFIRMAÇÃO DO PEDIDO LIMINAR, bem como a ANULAÇÃO DE TODAS AS PROVAS COLHIDAS a partir da invasão de domicílio do Paciente;
- c) Em caso de entendimento diverso, requer-se, subsidiariamente, a SUBSTITUIÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA POR MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO previstas no artigo 319 e seguintes do Código de Processo Penal, conforme sugeridas e compromissadas desde já.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente